



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ex.^{mo} Sr. Presidente da
Comissão de Economia e Obras Públicas

Assunto: Requerimento para audição do Secretário de Estado da Energia, sobre a política energética nacional, o corte de custos no Sistema Elétrico Nacional, o défice tarifário, a regulamentação referida no artigo 17º da Lei n.º 13/2013 de 31 de janeiro, e ainda sobre a inclusão de combustíveis líquidos de baixo custo (*low cost*) nos postos de abastecimento

No passado dia 8 de maio de 2013 decorreu a audição parlamentar do Ministro da Economia e do Emprego, no âmbito do artigo 104.º, n.º 2 do Regimento, onde, entre diversos temas, foi também abordada a política energética nacional.

No âmbito da referida audição o senhor Ministro da Economia e do Emprego fez distribuir um documento¹ com um conjunto de informações relevantes e que os deputados subscritores gostariam de ver discutidas em detalhe.

Acresce que importa aprofundar o conjunto de outras medidas tomadas pela Secretaria de Estado da Energia no domínio a redução da fatura energética nacional e que muito têm contribuído para o equilíbrio do sistema.

Deste modo, para a melhor organização dos nossos trabalhos, gostaríamos de ver discutidas quer algumas das questões apresentadas no referido documento, quer duas outras de particular interesse para os subscritores, a saber:

¹ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=95180>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- i. Detalhe das medidas de corte de custos no Sistema Elétrico Nacional (SEN) já implementadas e a implementar em breve;
- ii. Ponto de situação e previsão de evolução futura do Défice tarifário do SEN;
- iii. Ponto de situação da regulamentação referida no artigo 17º da Lei n.º 13/2013 de 31 de janeiro, que Estabelece o regime jurídico para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos;
- iv. Ponto de situação do que ficou definido no Artigo 253.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro - OE 2013 - relativo à inclusão de combustíveis líquidos de baixo custo (*low cost*) nos postos de abastecimento.

Estamos certos da melhor oportunidade da presente iniciativa, uma vez que alguns destes temas tem merecido o interesse por parte dos grupos parlamentares e, por conseguinte, a discussão em sede da Comissão de Economia e Obras Públicas irá beneficiar o esclarecimento e a apreciação parlamentar das referidas medidas, nomeadamente os impactos a nível da redução de custos.

Face ao que antecede, nos termos regimentais aplicáveis, o(s) deputado(s) abaixo -assinados, solicitam, através de V. Exa., a audição parlamentar em sede da Comissão de Economia e Obras Públicas, do senhor Secretário de Estado da Energia, para o melhor esclarecimento das questões enunciadas.

Palácio de São Bento, 16 de Maio de 2013,

Os Deputados,